



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Relatório INSP-2023-0176**  
**BI-2023-0174**

**1 – Dados da inspeção**

**Data:** 27/12/2023

**Hora:** 9:45

**Tipo:** Ação Direta

**Âmbito:** Regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente – Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto; Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro.

**Motivo da inspeção:** Rotina

**Inspetor responsável:** João PRFB. Silva

**Outros inspetores da IRA:** ---

**Diligências realizadas:**

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto na alínea a) no n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho, no âmbito da campanha de inspeções a instalações abrangidas pelo regime jurídico de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas, instituído pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto. De modo a garantir a presença e disponibilidade de interlocutor habilitado a prestar os esclarecimentos necessários, a inspeção foi previamente comunicada ao operador.

O operador fez-se representar na inspeção pela Eng.ª Carmen Maria Soares Carepa (Chefe do Departamento de Manutenção).

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com toda a legislação aplicável.*

**2 – Estabelecimento inspecionado**

**2.1 – Operador**

**Firma:** EDA Renováveis, SA

**NIPC:** 512026840

**Sede:** Central Geotérmica do Pico Vermelho, Estrada da Lagoa do Fogo

**Código Postal:** 9600-590

**Freguesia:** Ribeira Grande (Conceição)

**Concelho:** Ribeira Grande

**Ilha:** Ilha de São Miguel



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## 2.2 – Estabelecimento inspecionado

### 2.2.1 – Dados gerais

**Nome:** Central Geotérmica do Pico Alto

**Endereço:** ---

**Código Postal:** 9760

**Freguesia:** Biscoitos

**Concelho:** Praia da Vitória

**Ilha:** Ilha Terceira

**Atividade:** 35113 - Produção de electricidade de origem eólica, geotérmica, solar e de origem, n.e.

**Outras atividades:** ---

**Período de funcionamento:** 24 horas/dia

**Licenciamento da atividade:** Licença de exploração atribuída pela DREn (2017).

BI-2023-0174



Figura 2.1: Localização do estabelecimento inspecionado.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

### 3 – Enquadramento do estabelecimento

**Substâncias perigosas potencialmente presentes no estabelecimento <sup>a)</sup>:**

Substância	Categoria (parte I anexo I)	Substância designada (parte II anexo I)	Quantidade máxima (t)
Ciclopentano	P5a – Líquido inflamável de categoria 2 <sup>b)</sup>	---	39,485

<sup>a)</sup> Apenas são mencionadas as substâncias relevantes para efeitos do anexo I do DL 150/2015.

<sup>b)</sup> Com base na ficha de dados de segurança fornecida pelo operador (fornecedor INVENTEC, FDS versão 9 de 04/03/2016)

**Atividades exercidas, relacionadas com substâncias perigosas:**

Atividade	Descrição sumária da atividade
Receção de substâncias perigosas	O Ciclopentano é recebido em isotanques e transferido por bombagem para o sistema. A bomba pneumática situa-se na bacia de retenção do tanque. Existe um procedimento escrito para as cargas e descargas desta substância, com referência n.º E032-EXE-K-1004.
Armazenagem de substâncias perigosas	Possui um reservatório de armazenamento com capacidade de 57026 L, registado como reservatório sob pressão (RSP), para pressão até 11.4 bar. Normalmente não é utilizada a capacidade máxima de armazenamento do reservatório.
Utilização / transformação de substâncias perigosas	O Ciclopentano é utilizado como fluido de trabalho em circuito fechado na produção de energia de origem geotérmica.
Expedição de substâncias perigosas	Todo o Ciclopentano é “consumido” no estabelecimento devido a perdas resultantes de fugas do circuito.
Operação e manutenção de infraestruturas e equipamentos	Pequenos trabalhos de manutenção ou reparação são efetuados pelo pessoal afeto à exploração do estabelecimento. Para trabalho de reparação ou manutenção mais expressivos o operador recorre a prestadores de serviço externos.

**Classificação do estabelecimento:**

**Início de atividade:** 2017

**Enquadramento no DL 150/2015:** Novo estabelecimento - al. k) art. 3.º

**Classificação quanto à perigosidade:** Estabelecimento de nível inferior



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Outros aspetos relevantes para a verificação dos requisitos legais aplicáveis:**

Aspeto	Sim	Não	Observações
a) O estabelecimento integra um grupo de efeito dominó?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
b) Foi introduzida (ou está prevista) alguma alteração ao inventário de substâncias perigosas (tipo ou quantidades)?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
c) Foi introduzida (ou está prevista) alguma alteração ao estabelecimento que possa configurar uma alteração substancial?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
d) Foi efetuado (ou está previsto) o encerramento definitivo ou a desativação do estabelecimento (total ou parcial)?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	

**Observações:** Novo estabelecimento.

**4 – Instrumentos de prevenção – nível inferior ou nível superior**

**4.1 – Dever de comunicação**

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador de <b>novo estabelecimento</b> enviou à autoridade ambiental uma comunicação contendo os elementos previstos no anexo II do Decreto-Lei n.º 150/2015, previamente ao início da construção ou de alteração que implique a modificação de inventário?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) O operador de <b>outro estabelecimento</b> enviou à autoridade ambiental uma comunicação contendo os elementos previstos no anexo II do Decreto-Lei n.º 150/2015, no prazo de seis meses a contar da data em que o estabelecimento passou a estar abrangido?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
c) O operador atualizou a comunicação previamente a alguma das seguintes situações? <ul style="list-style-type: none"><li>• Alteração substancial do estabelecimento, com implicações na alteração da informação constante da comunicação anterior;</li><li>• Alteração da classificação das substâncias perigosas presentes, sempre que implique uma alteração do enquadramento do estabelecimento (nível inferior para superior ou vice-versa);</li><li>• Alteração do nome ou denominação social do operador ou do endereço do estabelecimento;</li><li>• Alteração da sede social e endereço do operador;</li><li>• Alteração do responsável do estabelecimento.</li></ul>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
d) O operador comunicou previamente o encerramento definitivo ou a desativação do estabelecimento, apresentando uma declaração que ateste a data a partir da qual deixa de haver substâncias perigosas no estabelecimento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

**Observações:** O operador ainda não comunicou à DRAAC (com os elementos previstos no anexo II). Todo o procedimento está a ser desenvolvido/preparado, tendo a empresa recorrido aos serviços de um consultor externo.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

#### 4.2 – Política de prevenção de acidentes graves

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador definiu uma política de prevenção de acidentes graves, que consta de documento escrito?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) A política de prevenção de acidentes graves é proporcional ao perigo de acidentes graves e inclui os aspetos seguintes? <ul style="list-style-type: none"><li>• Objetivos e princípios de ação gerais fixados pelo operador, nomeadamente a garantia de um nível elevado de proteção da saúde humana e do ambiente;</li><li>• O papel e a responsabilidade da gestão de topo;</li><li>• O empenho na melhoria contínua do controlo dos perigos de acidentes graves.</li></ul>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
c) A política de prevenção de acidentes graves foi revista e, se necessário, atualizada de cinco em cinco anos?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
d) A política de prevenção de acidentes graves foi revista e, se necessário, atualizada na sequência da introdução de uma alteração substancial no estabelecimento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

**Observações:** A PPAG será elaborada no processo de preparação de todos os elementos a comunicar à DRAAC, serviço este que já foi contratado a consultor externo.

#### 4.3 – Plano de emergência interno (PEI) / Plano de emergência interno simplificado (PEIS)

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador de <b>novo estabelecimento</b> elaborou um PEI /PEIS previamente à entrada em funcionamento?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) O operador de <b>outro estabelecimento</b> elaborou um PEI /PEIS no prazo de 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passou a ficar abrangido?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
c) Os trabalhadores e o pessoal relevante contratado a longo prazo foram consultados pelo operador de <b>estabelecimento de nível superior</b> para efeitos de elaboração e da atualização do PEI?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
d) O PEI /PEIS foi revisto e, se necessário, atualizado pelo menos de 3 em 3 anos?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
e) O PEI / PEIS foi revisto e, se necessário, atualizado previamente à entrada em funcionamento de uma alteração substancial?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
f) O PEI / PEIS foi colocado à disposição da IRA, sempre que solicitado?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

**Observações:** Possui um manual de segurança (12/10/2020).



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

#### 4.4 – Exercícios de aplicação dos planos de emergência (PEI / PEIS)

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador de <b>estabelecimento de nível inferior</b> realizou exercícios de aplicação do PEIS com periodicidade mínima de dois em dois anos?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) O operador de <b>estabelecimento de nível superior</b> realizou exercícios de aplicação do PEIS com periodicidade mínima de uma vez por ano?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
c) O operador de estabelecimento que integre um <b>grupo de efeito dominó</b> realizou exercícios conjuntos com os restantes operadores com a periodicidade mínima de 3 em 3 anos?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
d) Os exercícios de aplicação dos planos de emergência foram comunicados com uma antecedência mínima de 10 dias?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

**Observações:** ---

#### 4.5 – Informação ao público

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador elaborou, divulgou e mantém disponível ao público de forma permanente, nomeadamente por via eletrónica, a informação constante do anexo VI do Decreto-Lei n.º 150/2015?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) A informação disponível ao público foi atualizada sempre que necessário, nomeadamente quando tenha ocorrido uma alteração substancial do estabelecimento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

**Observações:** À data da inspeção não se encontrava divulgada a informação ao público.

#### 4.6 – Estabelecimentos de efeito dominó

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) No prazo de 30 dias após receber a comunicação de que integra um grupo de efeito dominó, o operador enviou aos demais estabelecimentos integrados no seu grupo a informação mínima obrigatória? <ul style="list-style-type: none"><li>• Descrição das atividades desenvolvidas;</li><li>• Inventário de substâncias perigosas e informação sobre a sua perigosidade, designadamente as fichas de dados de segurança;</li><li>• Se for um <b>estabelecimento de nível superior</b>, representação em carta dos cenários de acidentes cujo alcance atinja os estabelecimentos que integram o grupo de efeito dominó.</li></ul>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
b) O operador teve em consideração a informação que recebeu dos estabelecimentos do grupo de efeito dominó para efeitos de revisão da sua política de prevenção de acidentes graves, do sistema de gestão da segurança, do relatório de segurança, do plano de emergência interno e da informação necessária para a elaboração do plano de emergência externo?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

**Observações:** ---



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

#### 4.7 – Zonas de perigosidade

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador de <b>novo estabelecimento</b> ou de estabelecimento sujeito a <b>alteração substancial</b> submeteu o respetivo projeto para avaliação de compatibilidade de localização?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) No caso de aprovação condicionada do processo, o operador cumpriu as condições impostas pela autoridade ambiental?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
c) O operador apenas iniciou a construção do estabelecimento ou a execução da alteração após a decisão da autoridade ambiental que ateste a compatibilidade de localização do projeto?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
d) O operador de <b>estabelecimento existente de nível superior</b> enviou uma proposta fundamentada das zonas de perigosidade associadas ao estabelecimento no prazo de um ano após a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 150/2015?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
e) O operador de <b>estabelecimento existente de nível inferior</b> enviou uma proposta fundamentada das zonas de perigosidade associadas ao estabelecimento no prazo de dois anos após a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 150/2015?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
f) O operador de <b>outro estabelecimento</b> enviou uma proposta fundamentada das zonas de perigosidade associadas ao estabelecimento até 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passou a ficar abrangido pelo Decreto-Lei n.º 150/2015?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
g) O operador enviou uma proposta fundamentada das zonas de perigosidade associadas ao estabelecimento antes da entrada em funcionamento, no caso de alteração substancial que não implique um aumento dos perigos de acidente grave, de forma a atualizar a informação constante do cadastro, nomeadamente no caso da desativação de instalações?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

**Observações:** Zonas de perigosidade serão definidas no processo de comunicação à DRAAC.

## 5 – Instrumentos de prevenção – nível superior

#### 5.1 – Relatório de segurança

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador de <b>novo estabelecimento</b> de nível superior elaborou e submeteu o relatório de segurança previamente ao início da construção ou de alteração de inventário de substâncias perigosas da qual decorresse que o estabelecimento passasse a ser de nível superior?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
b) O operador de <b>outro estabelecimento</b> de nível superior elaborou e submeteu o relatório de segurança no prazo de 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passou a ficar abrangido pelo Decreto-Lei n.º 150/2015?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
c) O operador de estabelecimento de nível superior reviu, atualizou (se necessário) e submeteu a versão atualizada do relatório de segurança previamente à introdução de uma alteração substancial?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
d) O operador de estabelecimento de nível superior reviu, atualizou (se necessário) e submeteu a versão atualizada do relatório de segurança periodicamente, de cinco em cinco anos, a contar da data da submissão da informação relativa à última revisão?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
e) O operador de estabelecimento de nível superior reviu, atualizou (se necessário) e submeteu a versão atualizada do relatório de segurança na sequência de um acidente grave no estabelecimento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
f) O operador de estabelecimento de nível superior reviu, atualizou (se necessário) e submeteu a versão atualizada do relatório de segurança por sua iniciativa ou a pedido da autoridade ambiental, justificado por novos factos ou para ter em consideração novos conhecimentos técnicos relativos à segurança?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
g) No caso de ter considerado não ser necessária a atualização do relatório de segurança, na sequência da revisão efetuada, o operador apresentou a fundamentação dessa opção?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
h) O operador apenas iniciou a construção do estabelecimento ou a execução da alteração após a aprovação dos relatórios de segurança?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
i) No caso de aprovação condicionada do relatório de segurança ou das suas atualizações, o operador cumpriu as condições impostas pela autoridade ambiental?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

**Observações: ---**

**5.2 – Auditoria ao sistema de gestão da segurança**

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador apresentou à autoridade ambiental, até 30 de abril de cada ano, um relatório de auditoria, relativo ao ano anterior, que ateste a conformidade do sistema de gestão de segurança do estabelecimento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
b) A auditoria mencionada no ponto anterior foi realizada por verificadores qualificados pela Agência Portuguesa do Ambiente?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

**Observações: ---**

**5.3 – Informação para elaboração do plano de emergência externo**

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador de novo estabelecimento de nível superior forneceu a informação necessária à elaboração do plano de emergência externo, previamente à entrada em funcionamento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
b) O operador de outro estabelecimento de nível superior forneceu a informação necessária à elaboração do plano de emergência externo, no prazo de 18 meses a contar da data em que passou a ficar abrangido?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
c) O operador reviu e, se necessário, atualizou a informação necessária para a elaboração do plano de emergência externo previamente à entrada em funcionamento de uma alteração substancial?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
d) O operador reviu e, se necessário, atualizou a informação necessária para a elaboração do plano de emergência externo por ocasião da revisão do plano?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

**Observações: ---**



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## 6 – Implementação da política de prevenção de acidentes graves

### 6.1 – Garantia de meios e estruturas adequados

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador de <b>estabelecimento de nível superior</b> garantiu a existência de um sistema de gestão da segurança para a prevenção de acidentes graves?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
b) O operador de <b>estabelecimento de nível inferior</b> garantiu a existência de sistemas de gestão adequados para a implementação da política de prevenção de acidentes graves?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) O operador garantiu a existência de meios e estruturas adequadas para estabelecer, implementar, manter e melhorar de forma contínua a implementação da política de prevenção de acidentes graves?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

**Observações:** Não tem PPAG definida/implementada.

### 6.2 – Organização e pessoal

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador garantiu a atribuição de funções e responsabilidades ao pessoal envolvido na gestão dos perigos de acidentes graves a todos os níveis da organização, designadamente no que respeita à conceção, implementação e manutenção do SGSPAG?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) O operador assegurou a determinação das competências necessárias das pessoas que trabalham no estabelecimento, bem como a avaliação da competência dessas pessoas com base em escolaridade, formação ou experiência adequadas?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) O operador garantiu a consciencialização das pessoas que trabalham no estabelecimento para a prevenção de acidentes graves e para a melhoria contínua do controlo dos perigos de acidente grave?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Observações:**

Não dispõe de SGSPAG.

Existe um relatório de “Análise de Risco às Instalações e Equipamentos”, datado de dezembro de 2018, que propõe o desenvolvimento e implementação de fichas de procedimentos de acordo com os riscos levantados. Dispõe atualmente de 18 fichas de procedimentos relacionadas com riscos gerais e 9 fichas de procedimentos relacionados com riscos específicos.

O referido relatório conclui ainda que a organização dos serviços de higiene e segurança atingirá os seus objetivos com o envolvimento total da gestão de topo, assim como dos seus responsáveis.

Dispõe ainda de um manual de segurança (12/10/2020).

Foi consultado o mapa dos registos de segurança – relatórios de ações de formação.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

### 6.3 – Identificação e avaliação de riscos de acidentes graves

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador definiu procedimentos para a identificação sistemática dos perigos e a avaliação do risco de acidentes graves, aplicáveis a todas as atividades, incluindo subcontratadas, e fases relevante de funcionamento do estabelecimento (operações de rotina, arranque, paragem, manutenção)?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) O operador definiu metodologias de identificação sistemática dos perigos e de avaliação do risco de acidentes graves, que incluam critérios de graduação e aceitabilidade do risco e a necessidade de identificação de medidas de prevenção e/ou mitigação?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) O operador aplicou os resultados das metodologias mencionadas no ponto anterior, na definição e/ou atualização de objetivos, instruções de trabalho e outros documentos relacionados com a prevenção de acidentes graves?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Observações:** Foi efetuada uma avaliação de riscos em 2020 no âmbito da segurança e saúde no trabalho. Apesar de ter alguma relevância no âmbito da prevenção de acidentes graves, designadamente no que respeita a riscos de incêndio e explosão, não contempla a avaliação de todos os riscos de acidente grave.

### 6.4 – Controlo operacional

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador identificou as atividades relevantes do ponto de vista de segurança e prevenção de acidentes graves, com base em informação atualizada sobre perigos inerentes aos processos, produtos e equipamentos?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) O operador estabeleceu, implementou e mantém procedimentos e instruções de segurança para as atividades identificadas nos termos do ponto anterior, que permitam a sua execução em condições de segurança?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) O operador estabeleceu autorizações de trabalho para as atividades consideradas relevantes, que incluam a avaliação prévia do risco associado, a definição de responsabilidades para a sua emissão, a duração da autorização e as condições de segurança necessárias à realização das atividades?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d) O operador estabeleceu, implementou e mantém planos de calibração, ensaio, manutenção e inspeção aos equipamentos e instrumentação críticos do ponto de vista de segurança, os quais devem incluir a gestão do risco associado ao envelhecimento e corrosão?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e) O operador assegurou a gestão da informação relativa aos perigos e utilização segura das substâncias perigosas?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Observações:** Informação constante do relatório de análise de risco às instalações e equipamentos, bem como no manual de segurança.

Dispõe de um plano integrado de manutenção (apenas uma calendarização, sem mais pormenor).



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

#### 6.5 – Gestão das modificações

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador implementou procedimentos para a gestão de modificações que possam afetar o controlo do risco de acidentes graves?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Observações: ---

#### 6.6 – Planeamento de emergências

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador adotou e implementou procedimentos para identificar situações de emergência previsíveis, de modo a serem integradas no Plano de Emergência Interno?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) O operador adotou e implementou procedimentos para preparar, testar e rever o Plano de Emergência Interno?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
c) O Plano de Emergência Interno foi divulgado junto dos trabalhadores do estabelecimento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
d) O operador efetua a avaliação do desempenho na sequência da ocorrência de acidentes ou incidentes e exercícios de aplicação do Plano de Emergência Interno?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Observações: ---

#### 6.7 – Monitorização de desempenho

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador definiu objetivos específicos relevantes para a prevenção de acidentes graves?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) O operador definiu e implementou procedimentos para monitorizar, em intervalos planeados, o desempenho ao nível de segurança para a prevenção de acidentes graves e do desempenho do SGSPAG?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) O operador implementou procedimentos para gerir acidentes (incluindo o reporte obrigatório), incidentes e não conformidades?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Observações:---



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**6.8 – Auditoria e revisão**

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador implementou procedimentos que assegurem a realização de auditorias internas de forma a determinar se o SGSPAG está em conformidade e é eficazmente implementado e mantido?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) Os resultados das auditorias internas são comunicados à gestão relevante e a outros destinatários que sejam considerados pertinentes?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
c) O operador de estabelecimento de nível superior assegurou a realização de auditoria por verificador qualificado pela Agência Portuguesa do Ambiente?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
d) O operador assegurou a revisão do SGSPAG, ao nível da gestão de topo, de forma a assegurar que este sistema continua adequado, suficiente e eficaz?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Observações: ---**

**6.9 – Deveres gerais do operador**

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) Face ao grau de cumprimento dos requisitos elencados nos pontos 6.1 a 6.8. o empregador tomou as medidas necessárias para evitar a ocorrência de acidentes graves e limitar as suas consequências para a saúde humana e o ambiente?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) Tendo-lhe sido solicitado no âmbito da inspeção, o operador forneceu à Inspeção Regional do Ambiente as informações e comprovativos sobre a adoção das medidas necessárias para evitar a ocorrência de acidentes graves e limitar as suas consequências para a saúde humana e o ambiente?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Observações: ---**



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## **7 – Irregularidades e infrações detetadas**

Foram verificadas as seguintes infrações:

1. O incumprimento do dever de comunicação à Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas das informações constantes do anexo II do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de Agosto, constitui contraordenação ambiental grave prevista no n.º 1, artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, punível nos termos da alínea c), n.º 2, artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto;
2. O incumprimento do dever de definir a política de prevenção de acidentes graves, previsto no n.º 1, do artigo 16.º, do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, punível nos termos da alínea d), do n.º 2, do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto;
3. O incumprimento do dever de atualização de três em três anos do plano de emergência interno, constitui contraordenação ambiental leve prevista no n.º 4, artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, punível nos termos da alínea h), n.º 3, artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto;
4. O incumprimento do dever de realizar exercícios de aplicação do plano de emergência interno, constitui contraordenação ambiental grave prevista no n.º 1, artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, punível nos termos da alínea n), n.º 2, artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto;
5. O incumprimento do dever de divulgar a informação ao público, constitui contraordenação ambiental leve prevista no n.º 1, artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, punível nos termos da alínea k), n.º 3, artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto;
6. O incumprimento da obrigação de apresentar proposta fundamentada das zonas de perigosidade associadas ao estabelecimento, constitui contraordenação ambiental grave prevista nas alíneas b), n.º 2, artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto;
7. O incumprimento do dever de adotar as medidas necessárias para evitar acidentes graves e para limitar as suas consequências para a saúde humana e para o ambiente, constitui contraordenação ambiental muito grave prevista no n.º 1, artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, punível nos termos da alínea a), n.º 1, artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto.

## **8 – Indicações e medidas adotadas**

### **Medidas adotadas:**

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: Envio do relatório à DRAAC para conhecimento.